

Boyd
(original)

Centro Latinoamericano de Demografia

CELADE

INFORME B I D

BRASIL

Obd

OJO

*No entregar
fotocopia, hasta
que se publique
oficialmente*

u.g

92/07/31

**Santiago, Chile
Setembro - 1991**

CELADE - SISTEMA DOCPAL
DOCUMENTACION
SUSCRIBIDA EN
AMERICA LATINA

INDICE

INTRODUÇÃO E SÍNTESE

I- SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS DEMOGRÁFICAS

- 1. O Crescimento da População e seus Componentes**
 - 1.1. Mortalidade**
 - 1.2 Fecundidade**
 - 1.2.1 O Contexto Social do Declínio da Fecundidade**
- 2. Evolução da Estrutura por Idade**
- 3. Distribuição Espacial da População, Urbanização e Migração Interna**
 - 3.1 Distribuição Espacial da População**
 - 3.2 Urbanização**
 - 3.3 Regiões Metropolitanas**

II - CONSEQUÊNCIAS DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA SOBRE OS SETORES SOCIAIS

Bibliografia

ANEXO I: PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS

ANEXO II: TABELAS E GRÁFICOS

INTRODUÇÃO e SÍNTESE

O Brasil aproxima-se do final do século XX com um quadro sócio-econômico dramático e preocupante. País de extensão considerável, iniciou um processo incipiente de industrialização no bojo de sua última etapa agro-exportadora, o café, nos finais do século passado; período este de maciças migrações internacionais, considerando-se que apenas na última década do século passado entraram no território brasileiro aproximadamente 1.2 milhões de pessoas e até 1930, fim da imigração subsidiada, o país havia recebido aproximadamente 4.2 milhões de outros países, principalmente Itália, Portugal, Espanha e Japão.

Nos anos 30, principalmente no segundo pós-guerra, a dinâmica industrial do país ganha força, iniciando um processo desenvolvimentista que se estende até os anos 70 deste século; as taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e do Produto Industrial foram, respectivamente, de 7,1% e 8,5% entre 1947 e 1980. Além de elevadas taxas de crescimento, transformações substantivas ocorreram na estrutura produtiva: entre 1955 e 1980, a participação industrial do PIB cresceu de 26% para 38%, enquanto a do setor agropecuário passou de 23,5% para 10%. Na indústria de transformação, as modificações nas relações interindustriais se deram em favor dos setores de bens de produção e de bens de consumo duráveis. Enquanto que em 1949 os bens de consumo não duráveis foram responsáveis por 73% do valor da produção, em 1980 esta proporção caiu para 37,5%. Esta queda foi devida ao aumento de participação dos bens de capital e de consumo duráveis no total do produto industrial, que tiveram sua participação aumentada nesse período, respectivamente de 4,5% e 2,5% para 14,7% e 13,9%.

O Estado, nesse processo, teve papel decisivo; tomou a si a tarefa de suprir a infra-estrutura necessária, participando decisivamente, nos setores de transporte, comunicações, energia, habitação, saneamento, siderurgia, fertilizantes, etc., contando para tanto, principalmente, com recursos externos. Essa estratégia perdurou durante o regime autoritário iniciado em 1964, ampliando os problemas de desigualdade social e regional, e o endividamento externo.

A década de 80 assiste à interrupção desse processo, tendo se iniciado com uma profunda recessão (1981/1983) e terminado com um produto "per capita" médio inferior ao medido para a década de setenta, com uma reduzida taxa de investimento e uma taxa de inflação de 50% ao mês. Os planos adotados, a partir do final da década, para debelar a situação crítica estiveram mais preocupados com problemas de curto prazo e não continham uma política de ajustamento estrutural que pudesse, a longo

prazo, gerar as condições para a retomada auto-sustentável do crescimento econômico.

Ao longo desse período, por outro lado, a dinâmica demográfica passou também por profundas modificações; iniciando, de modo similar a tantos outros países não desenvolvidos, um declínio acentuado e contínuo de mortalidade a partir do segundo pós-guerra, exibindo taxas de crescimento acentuadas nos anos cinquenta e sessenta, inicia, a partir da metade dessa década, um declínio também acentuado da fecundidade. Encontrando-se numa etapa intermediária de sua transição demográfica, a população brasileira exhibe hoje novos padrões demográficos, taxas de crescimento reduzidas e perspectiva de declínio contínuo. A velocidade do declínio da fecundidade, como será descrita a seguir, sugere que, só através de medidas coercitivas uma política populacional poderia incidir sobre o processo com o intuito de acelerá-lo ainda mais.

O processo de desenvolvimento econômico e a dinâmica populacional, em inter-relacionamento estreito, acentuaram as diferenças regionais já existentes desde o período colonial, e atuaram mediante profundas transformações na distribuição populacional. Fortes correntes migratórias internas substituíram a entrada de estrangeiros e, inicialmente foram movidas por movimentos de desconcentração rumo às fronteiras agrícolas, e de concentração, rumo aos grandes centros urbanos.

A falência do modelo de desenvolvimento auto-sustentado e a perda de capacidade de fixação das frentes de expansão agudizaram a tendência de concentração e a formação de metrópoles, com problemas típicos de periferização e carências de infra-estrutura.

É de se ressaltar que o período de maior crescimento populacional coincidiu com o período de maior desenvolvimento econômico. A crise e a recessão coincidem com uma etapa na qual vinte anos de declínio da fecundidade puderam gerar uma estrutura etária bastante mais favorável aos efeitos de políticas sociais compensatórias. É, no entanto, neste final de século onde questões não resolvidas anteriormente se somam a questões emergentes; os diferenciais ainda persistentes nos níveis de mortalidade convivem, agora, com o aumento da terceira idade. Os altos índices de esterilização, de aborto, e uso inadequado de métodos anticoncepcionais evidenciam uma mudança de padrão reprodutivo numa situação de precário atendimento da demanda crescente.

As perspectivas desta década não são animadoras. O programa do novo Governo que assumiu em março de 1991 centra-se numa estratégia de redirecionamento de subsídios, privatização e estímulos à modernização tecnológica. Medidas de curto prazo

e de caráter prioritariamente monetário tem ocupado, primordialmente, a agenda do Governo, às voltas com a renegociação da dívida externa e na batalha para driblar taxas de inflação renitentes. As políticas sociais, desorganizadas e com recursos limitados, vêm se mostrando ineficazes no combate às disparidades, carências, aumento da pobreza e violência. O cenário atual, portanto, suscita ações imediatas, para as quais os diagnósticos e propostas em discussão constituem subsídio imprescindível.

I. SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS DEMOGRÁFICAS

1. O Crescimento da População e Seus Componentes

O Brasil, à semelhança de outros países latinoamericanos, vem passando nas últimas décadas por um processo de acentuadas mudanças na sua dinâmica demográfica. Partindo de níveis elevados de mortalidade e natalidade, com taxas altas de crescimento populacional, o país vem atravessando seu processo de transição demográfica iniciado com o declínio da mortalidade significativo a partir da década de 50, seguido, aproximadamente quinze anos depois, pelo início do declínio, também expressivo, de sua natalidade. O gráfico I.1, em anexo, representa essa trajetória, que guarda semelhanças e especificidades, como se verá a seguir, com a transição demográfica em outros contextos; a magnitude da mudança pode ser apreendida, além da visualização gráfica até o ano 2000, pelos patamares iniciais. O país entra na segunda metade do século XX com uma população total de aproximadamente 53 milhões de pessoas e prevê-se que dobrará o século com 170 milhões (tabela I.1); nos anos 50 sua taxa bruta de natalidade era de aproximadamente 45 nascimentos por mil habitantes e sua mortalidade era de 15‰, gerando, portanto, um crescimento vegetativo de aproximadamente 3%. Ao final do século projeta-se taxas de, respectivamente 21‰ e 7‰ para a natalidade e a mortalidade, resultando, portanto, num crescimento vegetativo da ordem de 1,4%. Nos anos 50, as mulheres, em média tinham 6.1 filhos; no ano 2000, é de se supor, as mulheres deverão ter em torno de 2,4 filhos (tabela I.2).

Há quem discuta intensamente a velocidade dessa transformação, atribuindo ao Brasil uma das quedas mais velozes na experiência histórica das transições demográficas ocorridas ou em etapas finais. Parece aceitável a hipótese de aumento da velocidade da mudança quanto mais tarde se inicia a transição. De qualquer maneira, essa velocidade é suficiente para configurar em curto espaço de tempo, um novo padrão demográfico, com implicações significativas para qualquer esforço de planejamento e de atuação de políticas sociais.

Ocorrendo em estreita inter-relação com processos de transformação econômico-social, também intensos, os novos padrões demográficos expressam e, ao mesmo tempo, induzem transformações nas esferas fundamentais e diversificadas da vida dos grupos sociais envolvidos. Considerando-se a extensão territorial, a diversidade regional, as desigualdades sociais que caracterizam o processo de mudanças ocorrido, pode-se dizer que estamos frente a um fenômeno de magnitude e complexidade considerável, cuja análise e entendimento pode

contribuir para uma reflexão teórica importante sobre a relação entre dinâmica demográfica e mudança social nos países latinoamericanos (tabela I.3).

Os processos de redistribuição da população, os movimentos migratórios, as tendências a grandes concentrações urbanas e metropolitanas, as características das frentes de expansão agrícola, são, do ponto de vista populacional, ingredientes da maior importância e que emprestam certas especificidades no entendimento do caso brasileiro, e de suas implicações (tabela I.4).

No que se segue, passaremos a considerar, analiticamente, a evolução separada de cada dimensão da dinâmica demográfica; levando em conta, sempre que possível, as diferenciações e especificidades regionais. Ao final, num esforço de síntese projetiva, tentar-se-á sumarizar um cenário para a década de 90, ancorado num tripé que contempla uma estrutura etária em rápida mudança, uma distribuição espacial acentuadamente desigual, e uma sociedade marcada por profundas desigualdades regionais.

1.1. Mortalidade

Esforços no sentido de recuperar o passado demográfico brasileiro indicam uma mortalidade alta, com oscilações e diferenças regionais, prevalentes no período colonial, estendendo-se no início do presente século e manifestando sinais de mudança a partir dos anos 30 (MERRICK & GRAHAM, 1981). A partir da comparação das estimativas realizadas por especialistas, discute-se no período anterior ao segundo pós-guerra, os condicionantes de um declínio significativo da mortalidade. Seriam mudanças econômico-sociais ou apenas já o impacto da importação de uma tecnologia médica? Sem resposta decisiva, pode-se considerar essa década de 30, com níveis significativamente melhores elevados que os de períodos anteriores, onde, por exemplo, no início do século a vida média foi estimada abaixo dos 30 anos.

É, de qualquer forma, no pós-guerra que a trajetória de declínio contínuo se configura claramente. Os especialistas são unânimes ao afirmar que esse declínio, inicialmente constituiu uma resposta às melhorias no saneamento básico, a importação de tecnologia médica (antibióticos, sulfamidas), à descoberta do DDT, ao controle mais eficaz de doenças infecciosas, à ampliação dos serviços de prevenção e assistência médica, entre outros fatores. Embora de difícil comprovação empírica, parece conveniente ressaltar que as etapas iniciais do declínio da mortalidade coincidiram com etapas de desenvolvimento econômico intenso, um forte esforço

de industrialização e urbanização, processos de mobilidade social nítidos e já não mais existentes, e um êxodo rural expressivo e crescente. Embora nem sempre os indicadores usuais assim o revelem, a qualidade de vida nos anos de desenvolvimentismo era relativamente melhor que nos anos que o precedeu e a partir de sua falência. Assim, é possível que os fatores mencionados acima, tenham atuado em condições favoráveis de mudança social.

De fato, ao longo das últimas décadas a esperança de vida da população brasileira, em conjunto, apresentou ganhos significativos; em 1940 a esperança de vida se situava ao redor dos 42 anos de idade, já em 1980, a média situava-se em torno dos 59 anos, estimando-se para os anos presentes estar em torno de 66 anos e que atinja, ao final do século, a média de 67 anos (gráfico I.2). Esse aumento de longevidade deu-se em todas as regiões brasileiras, com exceção do Nordeste (gráfico I.3). Como pode ser observado na tabela I.5, a longevidade da população brasileira aumentou em aproximadamente 16 anos; houve também uma tendência a homogeneização da longevidade, mediante o acréscimo máximo de 23 anos para a Região Norte, 20 anos para a Região Sudeste, e 15 anos aproximadamente, tanto para o Sul como para o Centro-Oeste. O Nordeste, com ganho de apenas 10 anos ao longo do período, em 1980 mantinha ainda uma diferença com a região Sul de mais de 16 anos, situando-se numa esperança média de apenas 49 anos.

Se, de um lado, é aceitável falar-se em tendência à homogeneização quanto aos níveis globais de mortalidade (gráfico I.4), de outro lado há que se ressaltar as mudanças de perfis de morbi-mortalidade e a emergência de novas características e questões advindas desses perfis. Trata-se, na verdade, da discussão atual sobre a transição epidemiológica, suas características e implicações no caso de países não-desenvolvidos, como o Brasil. Doenças evitáveis por imunização e/ou melhoria de condições sanitárias, que atingem mais as crianças menores de um ano, vem perdendo importância em relação a um aumento das causas de mortalidade que se tornam predominantes nos últimos estágios da transição epidemiológica e demográfica. Problemas tais como as doenças cardiovasculares, os diversos tipos de câncer e as causas externas adquirem proeminência à medida que se avança nas etapas transicionais. Atualmente, os maiores grupos de "causas mortis" no país são constituídos pelas doenças crônico-degenerativas e causas externas. Entre 1960/1986, enquanto as taxas de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias decresceram 70% (o que resultou num decréscimo de 40% da mortalidade infantil), a proporção de mortes atribuídas à doenças cardiovasculares, derrames cerebrais, neoplasias malignas e causas externas passou de 38% para 54%.

Taxas de mortalidade por doenças cardiovasculares são altas no Brasil, tanto por doenças do coração (dois terços das mortes por doenças cardiovasculares) como por derrames, e não se restringem aos idosos: é também a causa principal de morte entre a população em idade ativa (30% das mortes em 1986). Fora os fatores de risco tradicionais (fumo, obesidade, falta de exercício, dieta inadequada, hipertensão, etc.), o Brasil apresenta riscos específicos como a doença de Chagas^(*) e o uso intensivo de pílulas anticoncepcionais como método contraceptivo (o mais utilizado no Brasil). Essa elevada utilização das pílulas pode também explicar a alta incidência de mortes por derrame entre as mulheres em idade fértil.

Neoplasias malignas foram responsáveis por 10% das mortes no país em 1986, apresentando-se mais elevada nas regiões mais desenvolvidas; é uma causa importante para a população em idade ativa (cerca de 15% das mortes). A prevalência dos diferentes tipos varia enormemente entre as regiões do país. Em média, a mortalidade por neoplasias malignas é devida principalmente ao câncer do pulmão (14%), estômago (13%) e mama (6%). As taxas agregadas de mortalidade pelos diferentes tipos de neoplasias tem se mantido aproximadamente constante nos últimos 50 anos.

Os novos perfis demográficos ressaltam, como já foi indicado, a emergência de questões sociais da maior seriedade, resultantes do contexto sócio-econômico e político. É o caso, dos mais evidentes, do aumento da mortalidade por causas externas (acidentes de tráfego, homicídios, suicídios, afogamentos, acidentes de trabalho, etc.) foram responsáveis por 13% das mortes no Brasil. São particularmente importantes nas idades produtivas, respondendo por cerca de 60% das mortes no grupo masculino de 15-30 anos; os acidentes automobilísticos e homicídios aparecem como as causas principais; no início da década de 80 esses acidentes foram responsáveis por respectivamente 31% e 26% das mortes nesse grupo. A questão é mais séria nas áreas metropolitanas, onde os homicídios superam as mortes por acidentes, com tendência a aumentar.

A AIDS é uma outra componente que está ganhando importância entre o grupo de causas de morte da população brasileira. Desde o primeiro caso de AIDS oficialmente diagnosticado no Brasil (1982), mais de 11 mil já foram reportados até 1990, o terceiro maior contingente do mundo. Esse dado, porém, deve

(*) A doença de Chagas é uma doença parasítica, endêmica em algumas regiões do país, principalmente na zona rural. Não tem cura conhecida e, no estágio avançado, afeta o coração.

ser relativizado; o número de casos acumulados "per capita" está em torno de 1/5 do observado nos Estados Unidos, com uma grande variação regional apesar de uma tendência à homogeneização. São Paulo e Rio de Janeiro concentravam 82% dos casos em 1984, fração essa que caiu para 49% em 1988 (FNUAP, 1991). Dos casos registrados, 90,3% eram do sexo masculino; 68% ocorreram por transmissão sexual e 1,8% foram atribuídos à transmissão perinatal.

A mortalidade infantil, principal expressão das etapas da transição epidemiológica, vem apresentando um declínio significativo durante as décadas aqui consideradas (gráfico I.5), embora sempre evidenciando ritmo e intensidades desiguais, em função do nível de desenvolvimento regional, acesso a serviços de saúde, saneamento básico e diferenças sócio-econômicas entre grupos sociais. A tabela I.6 apresenta a síntese desse declínio ao longo das décadas e por regiões, onde mais uma vez se confirma a distância entre o Nordeste e as demais.

Além disso, mesmo em áreas de maior desenvolvimento econômico, os chamados "bolsões de pobreza" evidenciam as desigualdades; é o caso do município de São Paulo, por exemplo, onde os níveis de mortalidade infantil variam de 30 a 100%, correspondendo a espacialização desigual de infra-estrutura de serviços, sobrepondo-se carências de todos os tipos.

1.2. Fecundidade

A recente queda da fecundidade verificada no país e na totalidade de suas regiões e sua repercussão na dinâmica demográfica vem sendo objeto de análise dos estudiosos de população bem como tem suscitado um debate político de interesse para diversos setores da esfera governamental e da sociedade civil.

As estimativas disponíveis permitem mostrar que os níveis de fecundidade da mulher brasileira vêm declinando em todo país, provocando, obviamente, uma redução no crescimento populacional, e, por consequência, modificando, a curto e médio prazos, a estrutura populacional (gráfico I.6).

A série histórica das Taxas de Fecundidade Total contidas na tabela I.7, obtidas com informações dos Censos Demográficos e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, ilustram as mudanças significativas ocorridas no comportamento reprodutivo da população brasileira de 1940 a 1984. De acordo com essas estimativas, até o final da década de 50, os níveis de fecundidade se mantêm praticamente constantes, ou em ligeira ascensão, ficando por volta de 6.2 filhos por mulher. A nível

das grandes regiões brasileiras, a fecundidade se mantém praticamente inalterada nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, enquanto aumenta ligeiramente nas regiões Norte e Sul.

A partir de meados da década de 60 inicia-se o período de declínio a princípio lento, quando a média de filhos por mulher no país é aproximadamente 5,8. Nessa década, com exceção da Região Nordeste, tem início um declínio lento nas Regiões Norte e Centro-Oeste, moderado na Região Sul e mais acentuado na região Sudeste.

Na década de 70 a fecundidade experimenta um rápido declínio, decrescendo 24,5% em um período de dez anos e atingindo um média de 4,35 filhos por mulher em 1980. É nesta década que a queda dos níveis de fecundidade se generaliza em todo o país, mostrando-se mais intensa nas regiões onde os níveis já eram mais baixos e já vinham declinando há mais tempo, como nas regiões Sul e Sudeste. Por sua vez, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde persistem os níveis mais elevados de fecundidade, também registra-se um expressivo decréscimo (gráfico I.7).

Os dados da tabela I.7 evidenciam, também, os diferenciais de fecundidade por situação de domicílio rural ou urbano. Estudos realizados recentemente, no entanto, mostram que o declínio da fecundidade esteve inicialmente limitado aos grupos sociais urbanos mais privilegiados das regiões mais desenvolvidas do país, mas posteriormente, esse processo se estendeu às áreas rurais. A partir de 1970, a queda da fecundidade se dá nas áreas rurais quase que na mesma magnitude das áreas urbanas, embora os níveis permaneçam ainda elevados.

Estimativas mais recentes apontam para uma aceleração do descenso da fecundidade no início da década de 80. Em 1984 a média nacional atinge 3,5 filhos por mulher, refletindo um decréscimo de 18,9% com relação a 1980. Assim, os níveis de fecundidade não apenas continuam decrescendo rapidamente, mas também o descenso se dá de maneira muito mais intensa que nos períodos anteriores (FUNDAP, 1991).

As regiões Nordeste e Centro-Oeste são as que registram maior intensidade de queda da fecundidade no início dos anos 80 (tabela I.8). Este declínio nas regiões de fecundidade mais alta teve seu início retardado em relação ao Centro-Sul do país, dados os aspectos estruturais de suas transformações sócio-econômicas. Isso mostra uma tendência à homogeneidade dos níveis de fecundidade.

O declínio da fecundidade observado a partir de meados da década de 60 teve como consequência alterações no padrão de procriação no sentido de rejuvenescimento. Isto significa que

as mulheres brasileiras estão iniciando mais cedo, e com mais intensidade nas idades mais jovens, o exercício da procriação, reduzindo o espaçamento entre seus filhos e encerrando também mais cedo seu período reprodutivo, ao iniciar por volta dos trinta anos um controle mais intenso da fecundidade.

As idades médias da fecundidade apontam para o rejuvenescimento do padrão etário da fecundidade no país quando se observa entre os anos 1970 e 1984 uma redução das idades médias, de aproximadamente 30 para 28 anos. Em contrapartida, houve a diminuição da participação do grupo etário de 40 e mais, comprovando a tendência ao encurtamento do período reprodutivo (FUNDAP, 1991).

No novo padrão reprodutivo tem se destacado a questão da gravidez na adolescência como uma questão social emergente; de fato, a participação das adolescentes, na fecundidade total, aumentou de 6,5% em 1970 para 10,5% em 1984, sendo que o fenômeno esteve presente em todas as regiões brasileiras. Para muitos autores, trata-se de mais um problema característico do urbano atual. Entretanto, nas áreas rurais, a proporção de jovens adolescentes com filhos é levemente superior à das que residem nas áreas urbanas. As regiões menos desenvolvidas do país apresentam proporções maiores de jovens mães do que as observadas nas regiões mais desenvolvidas, e as maiores concentrações de mães adolescentes ocorrem nos estratos mais pobres da sociedade (SIMÕES & OLIVEIRA, 1988). É possível supor-se que a gravidez, nessa faixa de idade, quase sempre indesejada, só seja levada até o fim nas classes baixas, já que as famílias de maior poder aquisitivo recorrem ao aborto. Embora não seja possível se dispor de dados confiáveis sobre a prática do aborto, estudos de caso e reportagens confirmam a recorrência ao aborto de forma generalizada entre as mulheres, inclusive entre adolescentes, como solução para a gravidez indesejada.

A confirmação de novos padrões reprodutivos, conforme descritos acima, denotam essa tendência irreversível e contínua no sentido de se atingir, em curto espaço de tempo, níveis de reposição. Apesar da escassez de dados referentes à prática anticonceptiva, as incidências apontam para uma expressiva e crescente utilização de métodos anticoncepcionais no Brasil, principalmente depois da introdução da pílula, em 1965. Há fortes indícios, sobre a incidência de altos níveis de controle da reprodução, principalmente através da esterilização. De acordo com dados de pesquisa realizada em 1986 pela Sociedade de Bem Estar familiar (BEMFAM), 65% das mulheres brasileiras casadas usavam algum método de anticoncepção e 27% do conjunto das mulheres casadas, usuárias ou não de algum método, haviam sido esterilizadas. Nas regiões Norte e Centro-Oeste esta proporção é superior a 40%, no Rio

de Janeiro e São Paulo os valores ficam em torno de 30% e na região Nordeste atingem 25% (SIMÕES & OLIVEIRA, 1988).

A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), também realizada em 1986, apresenta níveis mais baixos de utilização de métodos contraceptivos (37% de usuárias casadas), mas com a mesma predominância da esterilização (25% das usuárias); além disso, a mesma pesquisa domiciliar permitiu constatações interessantes a respeito das características recentes da contracepção no Brasil. Verificou-se, por exemplo, que tanto a pílula como a esterilização aumentam com o aumento da renda familiar e da escolaridade da mulher. Por outro lado, apenas 23% das mulheres que utilizaram pílula o fizeram por indicação médica, a maioria o fez por iniciativa própria, sem subsídios e sem prescrição médica, alegando ser este método o mais fácil e mais seguro.

Do total de mulheres esterilizadas 85% utilizava esse procedimento para evitar filhos, alegando já ter o número de filhos desejados; somente 15% dessas mulheres alegou motivos de saúde com justificativa da esterilização. Do total das esterilizações, 75% realizou-se no momento do último parto, 59% foram cirurgias pagas, sendo 82% realizadas em hospitais particulares. Mesmo no caso das cirurgias gratuitas, 43% foram feitas em hospitais, clínicas ou consultórios particulares. É de se ressaltar, ainda, que aproximadamente 85% das mulheres esterilizadas realizaram a cirurgia entre 20 e 24 anos (FNUAP, 1991).

1.2.1. O Contexto Social do Declínio da Fecundidade

No entendimento do processo de transição demográfica que os países latinoamericanos vêm atravessando, o declínio da fecundidade, sem dúvida, representa o componente mais complexo, seja para o entendimento das condições sócio-econômicas, culturais e ideológicas que afetam e modificam padrões de comportamento individuais e de casais, bastante intensos, quer seja pelas implicações, como já foi mencionado, das mudanças ocorridas nas mais diversas esferas da vida social, além da configuração de um novo perfil de demanda por serviços dos mais diversos setores da política social.

O contexto do declínio, no caso da população brasileira, tem gerado um debate acadêmico e político bastante intenso. A literatura especializada, por outro lado, tem contribuído para a configuração de dimensões, de tipo estrutural acirrados por efeitos de conjuntura, que envolveram o processo de transformação nos padrões reprodutivos, e que apontam para aspectos semelhantes ao que ocorreu (ou vem ocorrendo) em

outras sociedades, bem como para certas especificidades do caso brasileiro.

Neste caso, em primeiro lugar, tem sido ressaltada a velocidade da mudança, considerando-se como uma das mais rápidas (senão a mais rápida) mudança já ocorrida nos casos conhecidos de transição demográfica.

Em segundo lugar, esse declínio vem se dando na ausência de uma política oficial do Estado. Apenas iniciativas muito singelas, como o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), do Ministério da Saúde indicam a necessidade do planejamento familiar com efeitos diretos extremamente insignificantes. Coube a instituições privadas, primordialmente financiadas por agências internacionais, uma parcela maior de atuação direta no sentido da limitação da natalidade.

Do ponto de vista dos grupos sociais envolvidos, não há dúvida que nas últimas décadas configurou-se e ampliou-se uma demanda por meios anticoncepcionais e uma predisposição geral e disseminada a famílias menores.

Sem dúvida, algumas dimensões mais diretamente ligadas às condições da vida familiar de segmentos específicos da população estão na retarguada dessa manifestação de mudança. Nesse sentido, têm sido mencionadas as mudanças na forma de organização do trabalho; a intensificação do processo de proletarianização consolidado não só nas áreas urbanas como também no campo provavelmente signifique uma mudança radical frente à anterior atitude positiva com relação a prole numerosa. Transformado em assalariado, o trabalhador do campo está também sujeito às leis de mercado e consumo, diferentes daquelas encontradas no regime de colonato, parceria, economia de subsistência, etc.

Outra dimensão a se considerar é a inserção da mulher na força de trabalho ativa. Apenas para se ter uma idéia, vale destacar que a participação relativa das mulheres brasileiras na PEA total aumentou de 14,4% em 1950, para 27,4% em 1980. A PEA feminina brasileira quase dobra entre 1970/80, sendo que os maiores incrementos, em torno de 60%, se verificam entre as mulheres ativas com idades entre 30 e 49 anos (PAIVA, 1986).

O processo de urbanização, com todas as suas características, favoreceu uma mudança geral no modo de ser e pensar dos indivíduos e grupos. Novas aspirações, novos valores, novos padrões de consumo, novas modalidades de comunicação, enfim, novo modo de vida se apresenta, embora diferenciado pelas possibilidades concretas de padrão de vida dos grupos sociais desiguais. Por estratégias e inserções distintas, a diminuição

quantitativa do tamanho da família passa a ser, cada vez mais, o padrão dominante.

Supostamente, dimensões conjunturais e a crise podem atuar no mesmo sentido de regulação da fecundidade. A deterioração das condições de vida ocorrida na primeira metade dos anos setenta (queda do salário mínimo real) e a conjuntura de crise e recessão dos anos recentes, com queda do emprego formal, aumento do desemprego, condições precárias de habitação, ausência/deficiência de políticas sociais compensatórias, são dimensões que conformam o dia-a-dia das pessoas e sua visão e perspectiva de mundo. Essa visão, sem dúvida, não suscita famílias numerosas.

Numa outra linha interpretativa, os aspectos institucionais são considerados com dinamizadores do modo de pensar de segmentos expressivos da população a ponto de mudar o comportamento reprodutivo de grupos populacionais tão diversos e tão distintamente distribuídos no território. Esses aspectos configuram-se no delineamento de certas políticas sociais de efeitos não antecipados, tais como as políticas de saúde, políticas creditícias, capazes de mudar os horizontes, gerando novos valores e atitudes. As comunicações, particularmente a televisão, é comumente mencionada, o sistema previdenciário, embora insuficiente e precário, inaugura uma nova modalidade de amparo à velhice; as políticas de saúde e a medicalização da vida transfere para o saber médico a expectativa de cuidados que cercam o nascimento e a vida; o sistema creditício antecipa o uso de bens e força o planejamento e a alocação de recursos internos às unidades domésticas (FARIA, 1988).

2. Evolução da Estrutura por idade

A tendência recente apresentada pelos componentes da dinâmica demográfica, especialmente a fecundidade determina mudanças significativas na população, principalmente em sua estrutura etária. Muda a participação relativa dos distintos grupos etários, principalmente os grupos de idade adulta (15 a 59 anos) e do grupo correspondente à terceira idade (60 anos e mais) (gráfico I.8).

Apesar de que, pela inércia demográfica, a estrutura etária ainda possa ser considerada relativamente jovem, a população brasileira afasta-se do que em décadas passadas, para alguns, configurava-se numa "explosão demográfica". De fato, de acordo com as projeções (tabela I.9), o crescimento absoluto anual da população já se apresenta decrescente na segunda metade dos anos 80. O quinquênio 80-85 apresenta um crescimento médio da ordem de 2.856 mil pessoas por ano, mas no período 1985-90

esse crescimento diminuiu para 2.695 mil pessoas; seguindo essa tendência decrescente, estima-se para a primeira metade dos anos 90 um crescimento médio anual de 2.460 mil pessoas, chegando a 2.279 mil no quinquênio 1995-2000. Esse declínio no número absoluto de população é mais acentuado, sem dúvida, nas áreas rurais, pela perda adicional de população através dos fluxos migratórios; como será apresentado a seguir, o movimento rural-urbano já não exibe a força de décadas passadas; contudo, as estimativas elaboradas indicam uma perda anual de 172 mil pessoas, para o quinquênio 1985/90, elevando-se para uma perda de 307 mil pessoas anualmente, no período 1995-2000. Em contrapartida, o meio urbano tenderá ainda a um crescimento absoluto, de 2.700 mil no último quinquênio do século.

A transição demográfica em processo trouxe como consequência uma acentuada alteração nas estruturas etárias populacionais. As pirâmides de idade, (gráficos I.9, I.10 e I.11), bem como a evolução da participação de distintos grupos etários no período compreendido entre 1950 e 2000 sumarizam esse processo de mudança. De fato, é notável a mudança da forma da pirâmide prevista para o final do século, a qual se aproxima totalmente da forma assumida por pirâmides de países desenvolvidos. O gráfico I.12 apresenta as diferenças de estruturas etárias entre as populações urbanas e rurais, sugerindo defasagens temporais com tendências semelhantes, ou seja, a dinâmica demográfica rural apresenta-se em etapas anteriores em relação à urbana, tendendo aproximar-se da homogeneização nas próximas décadas.

Essa mudança na estrutura etária significa, sem dúvida, a conformação de um novo perfil de demandas sociais. Considerando-se, separadamente, determinados cortes etários que se aproximam dos grupos alvos de políticas sociais específicas (menores de 1 ano; 1-6 anos; 7-18 anos; 19-59 anos e 60 anos e mais), pode-se observar (gráficos I.13, I.14 e I.15) as tendências de crescimento diferenciado a ser considerado para fins de qualquer tipo de intervenção governamental.

No meio urbano, até o final do século, todos os grupos etários mencionados ainda exibem taxas positivas de crescimento, embora declinantes, sendo que a população adulta e idosa (19-59 anos), registrarão taxas de crescimento bastante acima da média, o grupo de 19-59 anos apresenta taxas de crescimento em torno de 3% a.a. no período 1985-2000, e o grupo idoso, em média, apresenta taxas de 4% a.a., contra a taxa de 2,5% a.a. para a população urbana em seu conjunto. No caso da população rural, em contrapartida, a maioria dos grupos etários registram taxas negativas, sendo que no ano 2000 é o grupo menor de um ano que apresentará a menor cifra: -2,74% a.a.

De um modo geral, observa-se uma diminuição relativa dos grupos de idade mais jovem, com diminuição, em termos absolutos, desse contingente populacional nas áreas rurais. Os grupos jovens ainda exibirão taxas positivas, sendo mais elevadas nos grupos adultos mais velhos, o que implica numa mudança significativa no perfil de demanda do mercado de trabalho.

É a população de 60 anos e mais, a chamada terceira idade, o grupo que apresenta as mudanças mais significativas. Na década de 70 esse grupo de idade apresentava uma taxa de crescimento de 3% a.a., passando, na década seguinte, a uma taxa de 4%. As projeções indicam que até o ano 2000 esse grupo crescerá a taxas acima de 3% a.a., chegando a 3,5% no último quinquênio deste século; sua participação, então, no conjunto da população será de 8,3%, o que, em valores absolutos significa que esse grupo praticamente duplica o número de pessoas no ano 2000 em relação a 1985: de 8,4 milhões passa para 14,1 milhões. Mais uma vez o aumento ocorre principalmente na área urbana, onde a população idosa aumenta 86% entre 1985/2000, o que corresponde a um aumento de 5,3 milhões de idosos na área urbana e pouco mais de 300 mil pessoas na área rural.

3. Distribuição Espacial da População, Urbanização e Migração Interna

3.1. Distribuição Espacial da População

O território brasileiro é marcado por acentuadas desigualdades de conformação histórica, e observadas, a rigor, desde fins do século passado. A partir dos anos 40, os intensos movimentos migratórios internos acentuaram essas disparidades regionais; nas últimas décadas, na verdade, consolidou-se tendências de distribuição populacional mediante três vertentes: o progressivo esvaziamento rural e conseqüente crescimento urbano, notadamente dos núcleos regionais; os deslocamentos com destino às fronteiras agrícolas e o contínuo e intenso fenômeno da metropolização.

A década de 70 foi caracterizada pelo esgotamento da fronteira agrícola como retentora de população e pela predominância de movimentos para os grandes centros urbanos ou metropolitanos.

Reforço e conseqüência das especificidades das transformações econômicas, políticas e sociais dos últimos cinquenta anos, o processo de redistribuição espacial da população acentuou e consolidou a diferenciação regional que se configurava.

A Região Sudeste, principalmente pela contribuição do Estado de São Paulo, constitui o grande pólo de atração populacional, mantendo a concentração de mais de 40% da população brasileira há algumas décadas (tabela I.10). A Região Nordeste, por outro lado, vem sofrendo um processo de evasão populacional, passando de uma participação de 35% do total da população brasileira, em 1940, para 29% em 1980. A Região Sul que, até 1970, vinha apresentando uma participação crescente no total populacional do país, registrou uma inversão acentuada nessa tendência durante os anos 70, passando a apresentar na década 1970/80 uma taxa de crescimento de 1,4% a.a., a menor taxa registrada dentre todas as regiões do país. Quanto às Regiões Norte e Centro-Oeste, embora concentrando pouco da população nacional, vêm apresentando uma tendência de participação crescente.

Essa distribuição desigual da população no território brasileiro e suas taxas de crescimento diferenciadas regionalmente expressam, na verdade, a maior ou menor participação do componente migratório (tabela I.11 e I.12), o qual, por sua vez, corresponde a processos complexos relacionados ao estilo de desenvolvimento adotado no país que, muitas vezes induzidos por políticas governamentais, propiciam a concentração industrial em determinadas regiões em detrimento de outras (MARTINE, 1987:31).

Neste sentido, a Região Nordeste, área tradicional de emigração, vem perdendo importância demográfica relativa há várias décadas, seja pela seca, que expulsou grandes contingentes de nordestinos na década de 50, seja pela intensificação do processo de industrialização no Centro-Sul, a partir dos anos 60. As políticas de desenvolvimento regional, como as da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que atuaram nos anos desenvolvimentistas e posteriormente, no período autoritário não conseguiram contrarestar o processo; operando, também, sob a ótica do desenvolvimento capitalista concentrado, os investimentos daí advindos reforçaram vínculos de dependência interna uma exceção a essa tendência, no Nordeste, vem se confirmando no caso do Estado da Bahia, dinamizado, em anos recentes, pelas atividades direta e indiretamente ligadas ao pólo petroquímico de Camaçari e uma dinâmica agrária baseada na pequena propriedade, com dinamismo considerável, atraindo um certo contingente de população rural. Pela tabela 10, observa-se que nos anos 60 a região Nordeste perdeu 1,5 milhões de pessoas e na década seguinte a evasão chegou a quase três milhões. Os Estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Paraíba foram responsáveis por mais de 65% da emigração regional.

Os demais estados classificados como áreas tradicionais de emigração (Espírito Santo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), embora expulsos de população, apresentaram

volumes bem menores e mais uniformes em comparação com o Nordeste. O número de emigrantes registrados para o Estado do Espírito Santo, por exemplo, foi praticamente o mesmo nas duas décadas, em torno de 160 mil pessoas. Santa Catarina e Rio Grande do Sul, também não apresentaram maiores variações nas estimativas de emigração, quando comparadas as duas décadas, e Minas Gerais mesmo aumentando sua participação no contingente emigratório da região Sudeste, de 41% para 48% na década de 70/80, não chega a ser comparada com as áreas expulsoras do Nordeste. Vale ressaltar que embora caracterizem-se como áreas de emigração, o volume imigratório foi considerável em alguns Estados chegando até a ser maior que o número de pessoas que deixaram a área. Os Estados de Santa Catarina e Espírito Santo, por exemplo, apresentaram um pequeno saldo positivo em torno de 7 mil migrantes na década passada.

O Estado de São Paulo aglutina ao redor de 36% dos imigrantes do país; o saldo migratório desse Estado, na década de 70, foi de 2,5 milhões de pessoas. Até os anos 60, São Paulo dividia com o Rio de Janeiro suas características de pólo de atração populacional. Na década de 70, no entanto, o Rio de Janeiro registrou uma taxa de crescimento decrescente (2,3% a.a.) e menor que a média nacional (2,5% a.a.). A perda de atração migratória do Estado do Rio de Janeiro se deve ao menor dinamismo econômico verificado na sua Região Metropolitana, a partir da década de 70, em função do deslocamento de grande parte dos serviços públicos para Brasília e a concentração industrial cada vez mais acentuada em São Paulo (CAMARANO & PERILLO, 1986; MARTINE & CAMARGO, 1984; TASCHNER & BÓGUS, 1986).

Estados classificados como de fronteira agrícola consolidada (Paraná, Maranhão, Goiás e Mato Grosso do Sul) vem apresentando algumas especificidades novas. O Paraná, que teve sua frente de expansão iniciada já nos anos 30 e a fronteira da faixa central de Goiás, Mato Grosso do Sul até o Maranhão, iniciada nos anos 40, registraram, nos anos 70, uma desaceleração significativa no ritmo de crescimento demográfico e até uma inversão de tendências em parte delas. O caso mais contundente foi o do Paraná, que, em função do esgotamento e crise de sua produção agrícola, viveu a inversão mais drástica de tendência, passando de uma área de atração nos anos 60 (saldo migratório positivo de 904.812 pessoas) para expulsora de mais de um milhão de pessoas na década seguinte.

É de ressaltar, também, que, embora em menor escala, grande parte dos Estados do Centro-Oeste já estão fornecendo migrantes para outros Estados. O esgotamento da fronteira agrícola foi responsável por um êxodo rural de grande magnitude no país, onde cerca de 3,6 milhões de goianos e

paranaenses, por exemplo, deixaram o campo nos anos 70 (CAMARANO & PERILLO, 1986).

A frente de expansão mais recente, localizada nos Estados Nortistas foi, inicialmente, responsável pela absorção de migrantes expulsos das frentes consolidadas. Rondônia e Pará já apresentaram taxas positivas de imigração, desde os anos 60, acentuando-se na década seguinte. No entanto, com exceção de Rondônia, percebe-se nítidos sinais de esgotamento, a par de uma fixação, quando ocorre, nitidamente urbana. Fala-se em fechamento pela "compressão do espaço econômico-social" (SAWYER, 1984:29) ou pelo "mecanismo pastoril às avessas" (OSÓRIO, 1980:1145), indicando a reduzida capacidade de retenção populacioanl. A área, na verdade, constitui-se num enorme espaço ocupado esparsamente por posseiros, pequenos proprietários, cidades de porte médio e, em larga escala, pelas grandes empresas agropecuárias improdutivas e especulativas.

Em suma, as tendências recentes detectáveis apontam para mudanças substantivas no padrão de distribuição da população brasileira. Aumentou o número de Estados expulsos e diminuiu o de receptores; houve inversão de tendências nas áreas de fronteira agrícola consolidada e receptora de movimentos migratórios; houve uma ocupação incipiente da fronteira amazônica e reduzida absorção nos Estados de fronteira em expansão. Nesse sentido, os dados censitários deverão indicar uma tendência predominante de migração urbana-urbana, com crescente concentração da população em cidades de médio e grande porte e nas áreas metropolitanas.

3.2. Urbanização

Tem-se observado no Brasil, desde os anos 40, um aumento significativo na participação do contingente urbano no total populacional, tendo este evoluído de 36% em 1950 para 67,6% em 1980. Por outro lado, na década de 70 verificou-se, pela primeira vez, uma redução, em valores absolutos, dos efetivos demográficos rurais, passando a população rural de 41 milhões em 1970 para 38,6 milhões em 1980; por outro lado, o incremento da população urbana, entre 70 e 80, foi de 28 milhões de habitantes -52 milhões em 1970 e 80 milhões em 1980 - (tabela I.13). De fato, estima-se que aproximadamente 13 milhões de pessoas deixaram a área rural em busca das áreas urbanas nos anos 60, e mais 16 milhões de pessoas o fizeram durante os anos 70.

Esse êxodo rural configurou uma rede de cidades e adensou as áreas metropolitanas com acentuadas desigualdades, reforçando a previamente existente disparidade regional. As tabelas I.14

e I.15, onde a população urbana distribue-se por tamanho de cidades nas distintas regiões brasileiras, evidenciam essas desigualdades. A predominância é de cidades de pequeno porte (até 20.000 habitantes), que, em 1980, constituíam 87,6% do total das cidades brasileiras. Por outro lado, tanto em 1970 como em 1980, a maior parcela da população urbana concentrava-se em um número reduzido de cidades grandes, de modo que, em conjunto, as cidades médias e grandes alocavam, em 1980, aproximadamente 54% da população cidadina (38 milhões de habitantes) ficando o restante distribuído, quase que igualmente, nas cidades de porte pequeno e intermediário. Assim, a tendência é de que cada vez mais a população brasileira se concentre em um número reduzido de localidades urbanas de grande e médio porte.

Essa tendência geral preserva por certo, especificidades regionais; resumidamente, o Sudeste e o Sul caracterizam-se pela presença de centros de variadas dimensões, comandados num sub-sistema urbano, pelas regiões metropolitanas de maiores portes no país. São Paulo e Rio de Janeiro no Sudeste, Porto Alegre e Curitiba no Sul. O nordeste caracteriza-se por apresentar Regiões Metropolitanas com alta densidade demográfica (Salvador, Recife e Fortaleza), poucas cidades de porte médio e um número imenso de cidades pequenas, onde se concentra a maior parcela da população. O Norte e Centro-Oeste, por englobarem regiões de fronteira de expansão agrícola, contém um reduzido número de cidades quando comparados às demais regiões, como as que apresentaram as mais elevadas taxas de crescimento populacional nos anos 70: 5,02% a.a. e 4,05% a.a. respectivamente.

3.3. Regiões Metropolitanas

O Brasil possui nove regiões metropolitanas que tem se caracterizado por intenso ritmo de crescimento e altos níveis de imigração, mesmo aquelas situadas em Estados e/ou Regiões de expulsão populacional. As tabelas I.16 e I.17 mostram essa tendência; com exceção de Belém, todas as Regiões Metropolitanas aumentaram sua participação no total da população do Estado a que pertencem; observa-se, no entanto, a perda de dinamismo do Rio de Janeiro, com já foi mencionado, e uma taxa relativamente baixa de crescimento no Recife. Apesar disso, Recife apresentou 29,88% de sua população composta por migrantes internos.

As áreas metropolitanas tem se caracterizado pelo aumento de importância dos municípios periféricos (tabela I.18) seja enquanto cidades-dormitórios, seja enquanto áreas de localização industrial ou de insumos industriais.

É de interesse a observação que as periferias das metrópoles tendem a configurar o quadro característico da pobreza. Aí se situam as carências derivadas tanto dos baixos níveis de remuneração, quanto dos investimentos públicos. Aí se concentram as habitações precárias, transportes deficientes, rede escolar e de saúde dispersas e insuficientes, refletindo-se, entre outras dimensões, nos índices mais elevados de mortalidade infantil e de mortes por violência. O fenômeno perpassa tanto as regiões metropolitanas dos estados mais pobres, como as dos estados mais dinâmicos, encontrando na região metropolitana de São Paulo sua expressão mais completa.

É de se ressaltar que a distribuição populacional tenderá a se alterar muito pouco na presente década. As estimativas de crescimento das áreas metropolitanas indicam que, no final do século, a região Sudeste continuará concentrando a maior parcela da população brasileira (44%), incluindo a concentração da Região Metropolitana de São Paulo, que tenderá a conter 42% do total da população residente em áreas metropolitanas e 36% da população da Região Sudeste (tabelas I.19 e I.20). A Região Nordeste deverá conter 28% do total populacional do país, sendo que as três Regiões Metropolitanas aí situadas (Fortaleza, Salvador e Recife) tenderão a concentrar aproximadamente 20% da população nordestina. A Região Sul tenderá a alocar 15% da população nacional, onde as Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e Curitiba deverão conter aproximadamente 26% da população regional. O Centro-Oeste e o Norte continuarão detendo as mesmas proporções de participação no total populacional do país: 7% e 6% respectivamente.

Em termos de êxodo rural, pode-se supor uma redução absoluta e relativa do fluxo rural-urbano, em continuação a uma tendência já mencionada nos anos 80. Essa redução é o resultado não somente do processo de re-minifundização decorrente da crise econômica, mas também da redução do estoque absoluto da população rural provocada pelas migrações anteriores e ampliada pela queda da fecundidade (MARTINE et alli, 1989).

Por outro lado, é de se ressaltar a importância dos chamados "pequenos aglomerados" (localidades de até 20.000 habitantes), intermediários entre o rural e o urbano, cuja dinâmica pode ser alterada, no caso de políticas de redistribuição populacional diretas ou indiretas, incidam nesse espaço econômico. Estimativas realizadas indicam que num total previsto de aproximadamente 99 milhões de pessoas morando em cidades em 1990, aproximadamente 19 milhões estariam alocadas em cerca de 2.600 cidades de até 20 mil habitantes. Para o ano 2000 espera-se um contingente de 133 milhões de pessoas nas cidades brasileiras, dos quais 23 milhões estariam vivendo em

2.470 pequenos aglomerados (tabelas I.21 e I.22), distribuídos diferencialmente nas distintas regiões brasileiras (FUNDAP, 1991).

II. CONSEQUÊNCIAS DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA SOBRE OS SETORES SOCIAIS

Este segundo tópico busca indicar algumas consequências da dinâmica demográfica recente sobre os setores sociais, especificamente força de trabalho, sistema previdenciário, saúde educação e habitação. Sem dúvida, esta análise está condicionada aos dados existentes e sua diferente cobertura e atualização, no entanto, como já foi indicado, o esforço projetivo é válido e oportuno, em função da situação de crise que o país está atravessando, e da necessidade inadiável de propostas viáveis de políticas compensatórias.

No entanto, projeta-se tendência para a década atual torna-se um desafio ainda maior, considerando-se a década de 80 como vem sendo intitulada, a "década perdida". Nesses anos não só alguns setores perderam dinamismo, como houve retrocessos, em dimensões de qualidade de vida, com aumento dos níveis de miséria e pobreza.

Os indicadores usuais nem sempre evidenciam essa tendência, quer seja por referirem-se a taxas médias, com amplos desvios, quer seja por se referirem a dimensões que muitas vezes encobrem situações de carência.

Com essas cautelas presentes, busca-se apresentar a seguir algumas considerações gerais sobre os setores em questão, acompanhadas de tabelas, gráficos e estimativas, em anexo.

A fim de se analisar as consequências das mudanças demográficas sobre os requerimentos atuais e futuros da força de trabalho é necessário que se considere, inicialmente que, no período compreendido entre 1950 e 1980 a População Economicamente Ativa (PEA) cresceu significativamente a uma taxa média de 3.2% a.a. Este crescimento se deu basicamente pelo aumento da participação feminina, que passou de 14.6% em 1950 para 27.2% em 1980, de um lado, e por outro lado, pela entrada dos contingentes populacionais nas idades ativas - considerando-se estas os grupos etários entre 20 e 40 anos - de gerações que nasceram nas décadas de 50 e 60, onde as taxas de crescimento populacional eram elevadas.

A estrutura ocupacional também sofreu alterações significativas nesse período, com a queda da participação do

setor agropecuário na absorção da mão-de-obra. Concomitantemente observou-se um incremento acentuado do emprego no setor secundário, principalmente na indústria de transformação e na indústria de base, apesar de ter se verificado uma destruição significativa de emprego nas indústrias tradicionais. O emprego nas atividades terciárias, como seria de se esperar, também aumentou no período como resultado do crescimento do emprego nos setores modernos da economia. A administração pública exerceu um papel significativo na criação de empregos diretos no setor terciário e indiretos nas demais atividades econômicas. Embora o nível de formalização da economia tenha crescido no período em todos os setores produtivos, a informalização no Brasil, aparece como um componente do processo de modernização; sua proliferação vem se dando também nos períodos de maior crescimento do produto, ainda que nas etapas recessivas a intensidade desse crescimento seja maior. Como resultado desse quadro, estima-se que, em 1988, 42% da PEA estará engajada nas atividades informais. No Nordeste, essa proporção atingiu 63%, em contraste com 34% verificado na Região Sudeste (UNFPA, 1991).

No campo também ocorreram profundas transformações, principalmente no período 1960/80. Aproximadamente 28 milhões de pessoas deixaram a área rural em busca das cidades e cresceu a participação dos assalariados no total do emprego rural, principalmente das pessoas ocupadas com carteira de trabalho.

Nos anos oitenta, a PEA continuou a crescer em função da estrutura etária da população e do aumento acentuado da participação feminina. É possível que esta aceleração da incorporação feminina no mercado de trabalho, numa década de condições econômicas adversas, possa ser explicado pela hipótese de substituição e complementação da renda mediante a proliferação de ocupações sub-remuneradas. O setor terciário apresentou, nesse período, taxas de crescimento elevadas, o que deve estar associado em parte, ao papel de amortecedor desempenhado tanto pelas atividades do setor público, quanto pelas atividades informais, nos momentos de crise da economia.

Tanto as taxas estruturais de desocupação, quanto as de desemprego conjunturais (calculados para as Regiões Metropolitanas), principalmente as dos setores modernos, apresentaram uma correspondência com o desempenho da economia. Atingiram os seus valores mais elevados no ano de 1984, sendo que em 1990, as taxas de desemprego aberto nas Regiões Metropolitanas voltaram a crescer. No Nordeste, essa taxa tem se situado em patamares bem mais elevados do que no restante do país.

A participação feminina nos anos 80, na PEA brasileira seguiu aumentando, porém com um padrão distinto do que ocorria anteriormente: enquanto o antigo padrão era caracterizado pela localização de um único pico na faixa de 20 a 29 anos, no período seguinte o padrão aproxima-se ao masculino, com taxas de atividade femininas constantes entre 20-40 anos, ou seja, em torno de 52% (gráfico II.1 e II.2).

As análises realizadas nos distintos períodos de evolução da economia e da dinâmica populacional, com especial atenção aos aspectos estruturais e conjunturais, formaram a base das projeções consideradas para o final da década presente (MPAS/SEADE, 1989). Os resultados, apresentados em anexo nas tabelas II.1, II.2 e II.3, apresentam duas alternativas de oferta de mão de obra presumível, por idade e sexo (gráficos II.3, II.4 e II.5).

A previdência social é tema de destaque na agenda de discussões sobre políticas sociais no Brasil, hoje. Tendo sua concepção ampliada para seguridade social pela Constituição promulgada em 1988, sua ação deve englobar previdência, saúde e assistência social. integrando, num sistema universalizado, tanto as ações de iniciativa do Poder Público quanto o direito da população ao acesso e aos benefícios resultantes de tais ações. Essa ampliação implica na extensão à população, em geral, o acesso igualitário as ações e aos serviços de saúde, bem como garante benefício mensal a deficientes e idosos, independentemente da contribuição à previdência social. Tal tipo de alteração se inicia num quadro extremamente desfavorável de inflação, recessão e reduzida massa salarial; em sua concepção, ademais, requer novas estratégias e modalidades de financiamento (FUNDAP, 1991).

É nesse contexto que vem sendo discutidos os cenários possíveis para a década atual. Projetar tendências passadas, neste caso, se torna irrealista; no texto constitucional anterior, saúde e previdência constituíam-se em esferas separadas de ação; ao Ministério da Saúde competia a prevenção, mediante programas específicos como de vacinas, moléstias contagiosas, desnutrição e outros, enquanto ao Ministério da Previdência competia assegurar assistência médica mediante contribuição do trabalhador formal, em convênios com o setor privado. Dados de 1985 (IBGE, PNAD 1985) evidenciam que o sistema de previdência social só era financiado por parcela reduzida dos trabalhadores ocupados (43.5%) em virtude da magnitude do segmento informal do mercado de trabalho; daí a idéia reiterada de déficit crônico do sistema.

No que se refere ao Setor Saúde, embora o Brasil invista 5% do seu Produto Interno Bruto para financiar o Setor Público e Privado de Saúde, vários indicadores mostram que os níveis de mortalidade e morbidade da população brasileira são mais

elevados do que aqueles verificados nos países pobres que alocam uma menor proporção de seus recursos na área (tabela II.4).

Em termos de oferta de serviços, entre 1976 e 1986 o número de estabelecimentos de saúde apresentou crescimento bastante elevado, considerando-se que neste intervalo de tempo, pelo menos cinco anos situavam-se em plena conjuntura recessiva - o número de estabelecimentos passou de 13.133 para 30.872. As maiores taxas de crescimento foram verificadas na rede pública: em 1976, ela já respondia por 51% dos estabelecimentos e em 1986 tal participação alcançou 67%, crescimento este devido à expansão da rede ambulatorial, ou rede de estabelecimentos sem internação.

Entre 1976 e 1986, a rede ambulatorial passou de 7.823 para 23.952 estabelecimentos, sendo que a partir desse último ano inicia-se uma inversão dessa tendência. Por outro lado, observa-se que, nesses dez anos, a taxa de crescimento do número de leitos hospitalares não acompanhou o ritmo de crescimento populacional: enquanto em 1981 existiam 4.2 leitos para cada 1.000 habitantes no país, em 1984 essa relação passou para 3.8.

Em 1986, a maior parcela dos leitos hospitalares concentravam-se nas especialidades de psiquiatria (19.3%), clínica médica (18.9%), pediatria (14.2%), gineco-obstetrícia (11.2%) e clínica cirúrgica (9.5%). Outra distorção do sistema de saúde acompanha a diferenciação regional: os hospitais de grande porte localizam-se, em sua maioria, no Sul e no Sudeste. Dessa forma, apesar de ter ocorrido ligeira desconcentração, a região Sudeste continuava concentrando mais da metade dos leitos existentes no país: aí se encontravam, em 1986, 45.3% dos leitos públicos e 53.2% dos leitos privados.

Quanto à Educação, a partir da segunda metade da década de sessenta, o sistema educacional brasileiro iniciou um significativo processo de expansão que atravessou toda a década de setenta. Como resultado, o contingente de analfabetos maior de 15 anos reduziu-se à metade: passou de 50% em 1950 para 25% em 1980 (tabela II.5).

O aumento da taxa de escolarização de primeiro grau foi bastante expressivo, o contingente de população de 7 a 14 anos que permanecia fora da escola passou de 48.1% em 1960 para 34.6% em 1980 (gráfico II.6).

Considerando-se os patamares bastante elevados persistentes até os anos sessenta, os níveis atingidos ainda deixam muito a desejar, bem como incrementam os requisitos para a década atual (tabela II.6). Além disso, o início da escolarização se dá num patamar que decresce abruptamente na passagem da 1a.

para a 2a. série, encontrando um outro ponto de inflexão na 5a. série; na década de 70, apenas 18% dos que ingressaram no primeiro grau (8 anos de escolarização) conseguiram concluí-lo (gráficos II.7 e II.8). Essa característica acabou por refletir-se na expansão do ensino do segundo e terceiro graus (FNUAP, 1991) (tabela II.7 e gráfico II.9).

Nos anos 80 observou-se uma queda na taxa de crescimento do número de matrículas, no de concluintes e da própria rede física em todos os níveis de ensino. Como resultado desse processo em 1988, 19% da população brasileira maior de 10 anos não possuía nenhuma educação formal, e 17% das crianças brasileiras de 7 a 14 anos estavam fora da escola.

No contexto das demandas educacionais, a participação do setor privado no primeiro grau cresceu, mas manteve-se em proporção equivalente, no período considerado; no ensino de segundo grau, a rede pública cresceu muito mais do que a rede privada, sendo que no ensino superior a participação do setor privado é bem mais acentuada.

Na visão prospectiva para a década de 90, os requisitos educacionais deverão repor a perda dos anos 80, e ademais, considerar a meta expressa na Carta Constitucional de 98, ou seja, universalização do ensino do primeiro grau (tabela II.8 e II.9).

Principalmente no caso do setor educacional, as projeções podem contribuir para enfatizar a vantagem da dinâmica demográfica recente (proporção decrescente de população em idade escolar) na recuperação e expansão dos níveis de cobertura e na qualidade do ensino.

Considerando as necessidades para o setor habitacional, adotou-se a projeção elaborada por Magalhães e Silveira (1991) que foi construída a partir da seguinte metodologia:

- projeção da população residente total no Brasil: adotaram-se como ponto de partida os dados da Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1986, aplicando-se, a seguir, as taxas de crescimento das projeções efetuadas pelo IBGE;

- projeção da taxa de urbanização: utilizaram-se os dados dos Censos e da PNAD e ajustou-se uma curva logística com taxa de urbanização de 90% fixada para o ano 2010;

- projeção do número de moradores em domicílios urbanos particulares permanentes: aplicou-se, à população residente projetada, o valor projetado para as taxas de urbanização e, a seguir, multiplicou-se o resultado por 98.7%, relativo à proporção observada na PNAD de 1986 dos domicílios urbanos que são particulares e permanentes;

- projeção do número de moradores em domicílios urbanos particulares permanentes, segundo as classes de rendimento domiciliar: multiplicaram-se as projeções do item anterior pelas proporções ajustadas referentes à distribuição dos moradores segundo as classes de rendimento domiciliar, com base nos dados da PNAD de 1984, 1985 e 1986;

- projeção do número de domicílios urbanos particulares permanentes, segundo as classes de rendimento domiciliar: os valores projetados do item anterior foram divididos pelo número médio de moradores por domicílio, segundo as classes de rendimento domiciliar correspondentes aos observados na PNAD de 1986;

- projeção das necessidades de novas habitações: apurou-se, para cada ano, o acréscimo necessário no número de domicílios existentes, mediante diferença, ano a ano, do número projetado para o total de domicílios, obtido de acordo com o item anterior. Para uma previsão quanto à reposição de habitações antigas, acrescentou-se para cada ano uma taxa calculada em 1% sobre o número total de domicílios existentes no ano anterior (gráfico II.10);

- as projeções realizadas segundo classes de renda em salários mínimos apresentam uma aproximação na faixa de um a três salários mínimos. Enquanto a faixa de zero a um salário mínimo é exatamente a primeira faixa de renda pesquisada pela PNAD para os itens utilizados nas projeções, como explicado anteriormente, a faixa de uma a três salários mínimos é uma inferência dos dados originais do IBGE. Essa manipulação dos dados originais se faz necessária dadas as subseqüentes classes de renda definidas pela PNAD (um a três e dois a cinco salários mínimos) que não são diretamente as requisitadas por este estudo. O primeiro passo para a manipulação dos dados originais foi verificar que é aproximadamente linear a evolução das frequências acumuladas, tanto no que se refere ao "número de domicílios urbanos particulares permanentes segundo as classes acumuladas de rendimento domiciliar mensal em salários mínimos" como em relação ao "número de moradores em domicílios urbanos particulares permanentes segundo as classes acumuladas de rendimento domiciliar mensal em salários mínimos" (gráfico II.11);

- de posse dessas informações, fez-se uma interpolação linear simples para obter as respectivas taxas de crescimento, que foram aplicadas sobre o limite superior da classe de um a dois salários mínimos. Uma vez construída essa nova classe (de um a três salários mínimos), procedeu-se de acordo com a metodologia antes apresentada;

- por fim, é necessário acrescentar que o trabalho original no qual se baseiam os resultados aqui apresentados respeita as classes de renda definidas pela PNAD.

As tabelas II.10, II.11, II.12 e II.13 apresentam os resultados obtidos na projeção.

Torna-se importante ressaltar que quantificar e qualificar necessidades habitacionais é bastante dificultoso, uma vez que esta questão se reveste de inúmeros conceitos, tanto de ordem técnica como cultural e, até mesmo, político.

De qualquer modo, segundo dados da PNAD/1986, existem 3.1 milhões de moradias inadequadas quanto à densidade e 0.75 milhões de domicílios com problemas de durabilidade (gráfico II.12). Agregando-se esses dois contingentes, pode-se estabelecer que a necessidade habitacional, no Brasil, chega a 3.850.000 unidades.

BIBLIOGRAFIA

- ABEP; Futuro da População Brasileira: Projeções, Previsões e Técnicas. São Paulo, 1987.
- ANDRADE, T.A. & LODDER, C.; "Sistema Urbano e Cidades Médias no Brasil". Coleção Relatório de Pesquisa, 43. Rio de Janeiro, IPA/INPES, 1979.
- ARRUDA et alii.; Pesquisa Nacional sobre Saúde Materno Infantil e Planejamento Familiar no Brasil Sociedade Civil do Bem-Estar Familiar no Brasil, BEMFAM. Rio de Janeiro, 1987.
- BENNETT, N.G. & HORIUCHI, S.; Estimating the Completeness of Death Registration in a Closed Population. Population Index Princeton, v. 47, nº 2, summer 1981.
- BERQUÓ, E.; Os Corpos Silenciosos, Novos Estudos CEBRAP, 1(3):46-49, (falta o ano)
- _____.; Evolução da População Brasileira e Implicações Futuras: Apresentação. Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP - Vitória, ES, 1982.
- BERQUÓ, E. & LOYOLA, M.A.; União dos Sexos e Estratégias Reprodutivas no Brasil. Revista Brasileira de Estudos de População. Campinas, v. 1, nº 2, jan./dez., 1984:35-98.
- BERQUÓ, E. & MERRICK, T.W.; The Determinants of Brazil's Recent Rapid Decline in Fertility. National Academy Press. Washington, D.C., 1983.
- CAMARANO, A.A. & NEUPERT, R.; "Projeções da População Brasileira: Breve Comparação e Resultados". Futuro da População Brasileira: Projeções, Previsões e Técnicas. ABEP. Ed. HUCITEC. SP, 1987.
- CAMARANO, A.A. & PERILLO, S.R.; "Padrões da Distribuição Espacial da População Brasileira". Anais do V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP - Águas de São Pedro, São Paulo, 1986:541-75.
- CAMPOLINA, C.D.; "Alterações Recentes na Distribuição Espacial das Atividades Econômicas no Brasil", 1989 (mimeo)
- CANO, W.; "Questão Regional e Urbanização no Desenvolvimento Econômico Brasileiro pós 1930". Anais do VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP - Olinda, PE, 1988:67-100

- CARVALHO, J.A.M. de.;** "Evolução Demográfica Recente no Brasil". Pesquisa e Planejamento Econômico, 10(2), 1981.
- CARVALHO, J.A.M. de.; PAIVA, P.T.A. & SAWYER, D.R.;** "A Recente Queda da Fecundidade no Brasil: Evidências e Interpretações". Belo Horizonte. CEDEPLAR/UFM. Monografia nº 12, 1981.
- CASTRO, M.G. & SIMÕES, C.C.;** "Características da Família no Brasil e nas Regiões Metropolitanas". In: Revista Brasileira de Estatística. Fundação IBGE, Rio de Janeiro, V.41, nº 16, jan./mar., 1980.
- CASTRO, M.H.,;** " Subsídios à Formulação de uma Política de Desenvolvimento Social para a População Rural", Trabalho apresentado no Seminário Brasil - Anos 90 A Questão Social, FUNDAP, julho, 1989 .
- COSTA, C.D.A. da.;** "Cidades Brasileiras: Distribuição e Dimensionamento Populacional em 1980". Boletim Demográfico. Rio de Janeiro. v.13, n.3, jul./set. 1982: 109-34.
- COURBAGE, Y. & FARGUES, P.A.;** A Method for Deriving Mortality Estimates From Incomplete Vital Statistics. Population Studies. Londres, v. 33, nº 1, marc. 1979.
- FARIA, V.;** "Desenvolvimento, Urbanização e Mudanças na Estrutura do Emprego: A Experiência Brasileira dos Últimos Trinta Anos". Sociedade e Política do Brasil Pós-64. São Paulo, Brasiliense, 1984: 63-118.
- FARIA, V.;** Políticas de Governo e Regulação da Fecundidade: Consequências não antecipadas e Efeitos Perversos, 1988 (mimeo).
- FARRET, R.;** "A Crise Econômica dos Anos 80 e os Investimentos Federais em Desenvolvimento Urbano no Brasil". In: Crise e Infância no Brasil. O Impacto das Políticas de Ajustamento Econômico. UNICEF/IPE-USP, 1988.
- FIBGE ;** - Anuário Estatístico do Brasil de 1981; Boletim do DIEESE. Abr. 1982. Censo Agropecuário do Brasil 1920 a 1985. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1970 e 1980. Censo Demográfico do Brasil 1970 e 1980. Indicadores Sociais, 1988
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS em MATÉRIA DE POPULAÇÃO (FNUAP);** Brasil: uma abordagem relacionada e sua população, 1991.
- FUNDO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO (FUNDAP);** Saúde e Previdência. Questão Social. Políticas Sociais no Brasil: avaliação e Propostas para os anos 90. vol.5, São Paulo, 1991.

FUNDO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO (FUNDAP); Creche e Educação Básica. Questão Social. Políticas Sociais no Brasil: avaliação e Propostas para os anos 90. vol.6, São Paulo, 1991.

FUNDO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO (FUNDAP); Demografia. Questão Social. Políticas Sociais no Brasil: avaliação e Propostas para os anos 90. vol.11, São Paulo, 1991.

GOLDANI, A.M.; "A Estrutura Familiar na Região Sudeste do Brasil". Informe Demográfico. São Paulo, Fundação SEADE, nº. 107, 1985.

_____. "Estrutura Familiar e Transição Demográfica no Brasil". Informe Demográfico. São Paulo, Fundação SEADE, no. 17, 1985.

_____. "Womem's Transitions: the interpretation of female life course; Family and Demographic Transitiom in Twentieth Century Brazil". The University of Texas at Austin. Tese de Doutorado. Austin, USA, 1989.

GOLDANI, A.M. & RODRIGUEZ WONG, L.; Estimativa de Fecundidade para o Brasil e suas Regiões a Partir de Informações sobre Nupcialidade e Fecundidade Marital. Informe Demográfico. São Paulo, Fundação SEADE, nº.9, 1983.

_____. "Padrões e Tendências da Nupcialidade no Brasil". Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Aguas de São Pedro, São Paulo, 1982.

GUZMAN, J.J.B. & MAGALHÃES, M.V.; "A Fecundidade no Paraná e na Região Sul, nos anos 70 e 80". Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP, São Pedro, São Paulo, 1984.

JORGE, A.F. et alii; "Mudanças na Distribuição do Rendimento no período 1979-1984: Uma Reflexão Preliminar". DEISO/IBEGE. 1985. (mimeo).

HENRIQUE, M.H.F.T.; "Análise do Ciclo Vital através de Parâmetros de Nupcialidade: Estudos do Contexto latino- americano". Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP - Águas de São Pedro, São Paulo, 1982.

_____. ; "Uniões Legais e Consensuais: Incidência e Fecundidade na América Latina". In: Boletim Demográfico. Fundação IBGE, Vol.10, nº.3, Jan./Mar. 1980.

LEEDS, A.; The Significant Variables Determining the Character of Squatter Settlements. America Latina Ano 12, N.3, Jun./Set., 1969: 44-86.

LEEDS, A. & LEEDS, E.; A Sociologia do Brasil Urbano. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

- MAGALHÃES, P. & SILVEIRA, C.M.L.P.;** Habitação Popular: Referências para a Ação Governamental. Questão Social. Políticas Sociais no Brasil: Avaliação e Proposta para os anos 90. vol. 1, FUNDAP, São Paulo, 1991.
- MARTINE, G. & CAMARGO, L.;** "Crescimento e Distribuição da População Brasileira: Tendências Recentes". Revista Brasileira de Estudos de População. Campinas. v.1, n.1/2, jan./dez. 1984:99-144.
- MARTINE, G. et alii.;** "A Urbanização no Brasil: Retrospectiva, Componentes, Perspectivas" Anais do VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP - Olinda, PE, 1988:19-66.
- _____ ; "Século XXI: Onde Andará a População Brasileira". Brasília, 1989. (mimeo).
- MARTINE, G.;** "Migração e Metropolização". São Paulo em Perspectiva. SP, F.SEADE, v.1, n.2, jul./set., 1987:28-31.
- _____ ; "A Natureza e os Impactos das Políticas Públicas sobre a Distribuição Espacial da População no Brasil", 1989. (mimeo).
- MARTIN, L.D.;** "A Modification for Use in Destabilized Population of Brass's Technique for Estimating Completeness of Death Registration". Population Studies. Londres V.34 n.º.2, 1980.
- MÉDICI, A.C.;** "Notas Interpretativas sobre a Variável "Renda" nos Censos Demográficos". Censos, Consensos e Contra-Sensos. - ABEP -, Ouro Preto, junho de 1984: 75-132.
- _____ ; O Mercado de Trabalho Brasileiro na Conjuntura Recente (1976/83). In: Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo, 1984.
- MÉDICI, A.C. et alii.;** "Características Sócio-Econômicas da Força de Trabalho no Brasil (1976/1981)" Fundação IBGE/DESPO, Rio de Janeiro, (mimeo).
- MERRICK, T. & GRAHAM, D.;** População e Desenvolvimento Econômico no Brasil. Zahar, 1981.
- MOREIRA, M.M. de.;** "Considerações sobre a Fecundidade no Nordeste". Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. - ABEP - Águas de São Pedro, São Paulo, 1984.
- MOURA, H.A.;** Resumo das Discussões sobre o Tema: Diferenciais Demográficos Regionais e seus Determinantes". Anais do IV

Encontro Nacional de Estudos Populacionais. - ABEP - Águas de São Pedro, São Paulo, 1984.

NACIONES UNIDAS.; "Mortalidade Infantil: Estimaciones Proyecciones Mundiales, 1950-2025". Secretaria de Las Naciones Unidas. Boletín de Población de las Naciones Unidas n.º. 14, 1982.

OLIVEIRA, L.A.P.; "A Dinâmica Demográfica da Região Sudeste e seus Determinantes".: Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. - ABEP - Águas de São Pedro, São Paulo, 1984.

_____.; Nordeste: Fecundidade e Dinâmica Recente da Força de Trabalho. (Documento Preliminar). Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1984. (mimeo)

OLIVEIRA, L.A.P. & SILVA, N.L.P.; Tendências da Fecundidade nos Primeiros Anos da Década de 80. Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. - ABEP - Águas de São Pedro, São Paulo, 1984.

OLIVEIRA, M.C.F.A.; "Notas Acerca da Família nos Estudos Demográficos". Transição da Fecundidade: Análise e Perspectivas. São Paulo, CLACSO, 1985.

ORTIZ, L.P. & YAZAKI, L.M.; "Aumento do Diferencial por Sexo da Mortalidade no Estado de São Paulo". Revista Brasileira de Estudos de População. n.º. 1, 1984,

OSÓRIO, C.; "Migração Recentes e Desigualdades". In: MOURA, Hélio A. de.; Migrações Internas: Textos Seleccionados. Fortaleza, BNB-ETENE, 1980, t.2, p. 1139-60.

PAGLIARO, H.; "Níveis, Tendências e Diferenciais Sócio-Econômicos da Fecundidade". In: Cadernos CRH. Universidade Federal da Bahia, n.º.8, Salvador, 1987.

PAIVA, P.T.; "Cinquenta Anos de Crescimento Populacional e Absorção de Mão-de-Obra no Brasil: de 1950 a 2000". Revista Brasileira de Estudos de População, V.3, n.º.1, ABEP, Campinas, 1986

_____.; "A Mulher no Mercado de Trabalho Urbano". Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais. - ABEP - São Paulo, 1981.

_____.; "Fecundidade e Padrão de Vida: A Experiência Brasileira Recente". Congresso Latino-Americano de Población y Desarrollo. México, 1983.

PATARRA, N.L. & FERREIRA, C.E.C.; "Repensando a Transição Demográfica: formulações, críticas e perspectivas de análise". Textos NEPO 10. NEPO/UNICAMP. Campinas, 1986.

- PATARRA, N.L, BAENINGER, R. & ORTIZ, L.P.;** Tendências Demográficas Recentes e Perspectivas para a Próxima Década. Condições Básicas para a Saúde no Brasil, Relatório I, FUNDAP, São paulo, 1989.
- PATARRA, N.L et alii.;** População Brasileira Anos 90. Questão Social. Políticas Sociais no Brasil: avaliação e propostas para os anos 90. vol.11, FUNDAP, 1991.
- PRESTON, S. & HILL, K.;** "Estimating the Completeness of Death Registration". Population Studies. Londres, V.34 n°2, jul. 1980.
- PRESTON, S. et alii.;** "Estimating the Completeness of Reporting of Adult Deaths in Populations that are Aproximately State". Population Index. Princeton V.46, n°2, Summer 1980.
- PINHEIRO, S.M. et alii.;** "Mudança no Quadro Domiciliar da População Brasileira: Estimativas para a Década de 70". Anais do V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP - Águas de São Pedro, SP., 1986: 521-39.
- SAWYER, D.R.;** "Fecundidade e Mortalidade na Amazônia: nota sobre as estimativas e interpretações". Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP - Águas de São Pedro, São Paulo, 1982.
- SAWYER, D.R. & PINHEIRO, S.M.;** "A Dinâmica Demográfica das Regiões de Fronteira". Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais". - ABEP - Águas de São Pedro, São Paulo, 1984.
- SAWYER, D.R.;** "Fluxo e Refluxo na Fronteira Agrícola no Brasil". Revista Brasileira de Estudos de População. Campinas, v.1, n. 1/2, ja./dez., 1984:3-33.
- SIMÕES, C.C. & OLIVEIRA, L.A.P.;** "A Situação da Fecundidade: Determinantes Gerais e Características da Transição Recente". Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. Fundação IBEGE, Rio de Janeiro, 1988.
- SIMÕES, C. & ORTIZ, L.P.;** "A Mortalidade Infantil nos Anos 80". Crise e Infância no Brasil. O Impacto das Políticas de Ajustamento Econômico. UNICEF/IPE-USP, 1988.
- TASCHNER, S.P. & BÓGUS, L.M.M.;** "Redistribuição Espacial e Fluxos Migratórios nos Anos Setenta". Anais do IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP - Águas de São Pedro, SP, 1984:1715-42.
- _____.; "Mobilidade Espacial da População Brasileira: Aspectos e Tendências". Revista Brasileira de Estudos de População. Campinas, v.3, n.2, jul./dez., 1986:87-129.

TASCHNER, S.P.; "A Cidade que Virou Favela". Espaço e Debates, 12, 1986: 37-65.

_____.; Favelas. "Fatos e Políticas". Espaço e Debates, 18, 1986:79-106.

TAUCHER, E.; "Mortalidade Desde 1955 e 1975: Tendências e Causas". CELADE, Série A nº 162, Santiago, Chile, 1978.

YAZAKI, L.M. & ORTIZ, L.P.; "Estudo da Mortalidade por Causas nas Regiões Brasileiras com Base no Registro Civil: Tábuas de Múltiplo Decremento, 1979/1980". Informe Demográfico, São Paulo, Fundação SEADE, nº 15, 1986.

_____.; "Mortalidade Infante Juvenil" In: O Jovem na Grande São Paulo. Coleção Realidade Paulista, v. 2, São Paulo. Fundação SEADE, 1988.

ANEXO I: PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS

